



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 110/XIV/ 2.ª SL

Aos 13 dias do mês de abril de 2021, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

- 1. Votação de requerimentos apresentados no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 717/XIV/2.ª (PCP) – “Estabelece a prorrogação e alargamento das moratórias bancárias”;**

O Senhor deputado Fernando Anastácio (PS) tomou a palavra para apresentar o requerimento referindo que, sem prejuízo da celeridade que é pretendida neste processo legislativo, as audições solicitadas pelo PS são consideradas essenciais. A consulta à EBA deverá ser efetuada por escrito e as audições da APB e DECO, por videoconferência. Em particular quanto à consulta da EBA disse que esta é fundamental, na medida em que a atual legislação foi elaborada com base nas diretrizes emitidas por esta entidade, sendo, pois, essencial ouvi-la relativamente às alterações visadas.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) disse não ter muito a acrescentar ao já referido na anterior reunião. Disse que esta iniciativa não é uma iniciativa normal, que é urgente e que já está atrasada pelo que, não acompanharão as propostas do PS, já que estas atrasarão o processo.

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) disse concordar com o PCP, referindo que o processo é urgente e que já está atrasado pelo que PSD votará contra a solicitação de parecer à EBA dado que este atrasará ainda mais o processo. Mais disse que, apenas não votará contra as outras audições, se se realizarem rapidamente, idealmente ainda esta semana.

O Senhor Presidente tomou a palavra para advertir de que foi sinalizado pelos Serviços que, atenta a matéria, poderá ser necessário consultar o BCE e que, confirmando-se essa necessidade de consulta, os prazos para pronúncia serão mais alargados, sendo em princípio concedido um prazo de um mês. Deste facto será dado conhecimento ao PAR que decidirá se essa é uma das matérias que requerem consulta do BCE. Esta



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 110/XIV/ 2.ª SL

questão apenas se colocará se não for aprovado o requerimento de consulta à EBA, de outra forma, os processos de consulta correrão em paralelo.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) pediu a palavra para dizer que tem de haver uma base legal no ordenamento jurídico português que justifique essa consulta e que Portugal ainda não é regido pela União Europeia.

O Senhor Presidente respondeu que a base legal é o Tratado da União Europeia.

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) Tomou a palavra para dizer que concorda com o Deputado Duarte Alves (PCP) e perguntou se foi pedido parecer ao BCE, aquando a introdução da legislação que agora se pretende alterar.

O Senhor Presidente disse que esta legislação foi introduzida por decreto-lei, tendo sido seguidas as diretrizes da autoridade bancária.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) solicitou que lhe fosse disponibilizado o parecer dos Serviços que justifica essa posição. Mais disse que essa interpretação é dos Serviços e não da Comissão.

O Senhor deputado Fernando Anastácio (PS) disse que este entendimento dos Serviços não é novo e que já se colocou anteriormente quanto a outras matérias a possibilidade de ser obrigatório consultar o BCE.

O requerimento foi de seguida submetido à votação por pontos. O ponto relativo à consulta à EBA, o foi aprovado com o voto favorável do PS, o voto contra do PSD e PCP, na ausência dos demais e o ponto relativo às audições da APB e DECO foi aprovado com os votos favoráveis do PS e do PSD e o voto contra do PCP, na ausência dos demais.

2. Audições no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 655/XIV/2.ª (PCP) – “Altera os procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T(PT) relativo à contabilidade (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 48/2020, de 3 de agosto)”, das seguintes entidades: (por videoconferência)

14H30 - CNPD - Comissão Nacional de Proteção de Dados, representada pela Presidente, Dra. Maria Filipa Pires Urbano da Costa Calvão;

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos, cumprimentando a Presidente da CNDP, Dra. Maria Filipa Pires Urbano da Costa Calvão e os demais presentes, enquadrando a

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 110/XIV/ 2.ª SL

audição no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 655/XIV/2.ª (PCP).

Na única ronda de perguntas que se registou, intervieram os Senhores Deputados Vera Braz (PS), Margarida Balseiro Lopes (PSD) e Duarte Alves (PCP), tendo a senhora presidente da CNDP respondido conjuntamente às questões colocadas.

O Senhor Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos e deu por concluída a audição.

Tendo a audição sido gravada em suporte áudio, dispensa-se o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

16H00 - Ordem dos Contabilistas Certificados, representada pela Bastonária, Dra. Paula Franco;

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos, cumprimentando a Senhora Bastonária, Dra. Paula Franco, e os demais presentes, enquadrando a audição no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 655/XIV/2.ª (PCP).

Na única ronda de perguntas que se registou, intervieram os Senhores Deputados Vera Braz (PS), Margarida Balseiro Lopes (PSD), Mariana Mortágua (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Duarte Alves (PCP), tendo a senhora bastonária respondido ao conjunto das questões colocadas pelos Senhores Deputados.

O Senhor Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos, dando por concluída a audição.

Tendo a audição sido gravada em suporte áudio, dispensa-se o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

17H30 - ANACO – Associação Nacional de Contabilistas

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos, cumprimentando o Presidente da ANACO, Dr. Vítor Vicente, e os demais presentes, enquadrando a audição no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 655/XIV/2.ª (PCP).

Na única ronda de perguntas que se registou, intervieram os Senhores Deputados Vera Braz (PS), Margarida Balseiro Lopes (PSD), Mariana Mortágua (BE) e Duarte Alves (PCP), tendo o Presidente da ANACO respondido ao conjunto das questões colocadas pelos Senhores Deputados.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 110/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos, dando por concluída a audição.

Tendo a audição sido gravada em suporte áudio, dispensa-se o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 17:54 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 abril 2021.

O PRESIDENTE

(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 110/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino (PS)
Carlos Brás (PS)
Fernando Anastácio (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Hortense Martins (PS)
João Gouveia (PS)
João Paulo Correia (PS)
Miguel Matos (PS)
Nuno Sá (PS)
Vera Braz (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Alberto Fonseca (PSD)
Carlos Silva (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Margarida Balseiro Lopes (PSD)
Mariana Mortágua (BE)
Duarte Alves (PCP)
Cecília Meireles (CDS-PP)
Jamila Madeira (PS)
Joana Lima (PS)
João Paulo Pedrosa (PS)
José Silvano (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ricardo Vicente (BE)
André Silva (PAN)
João Cotrim De Figueiredo (IL)

